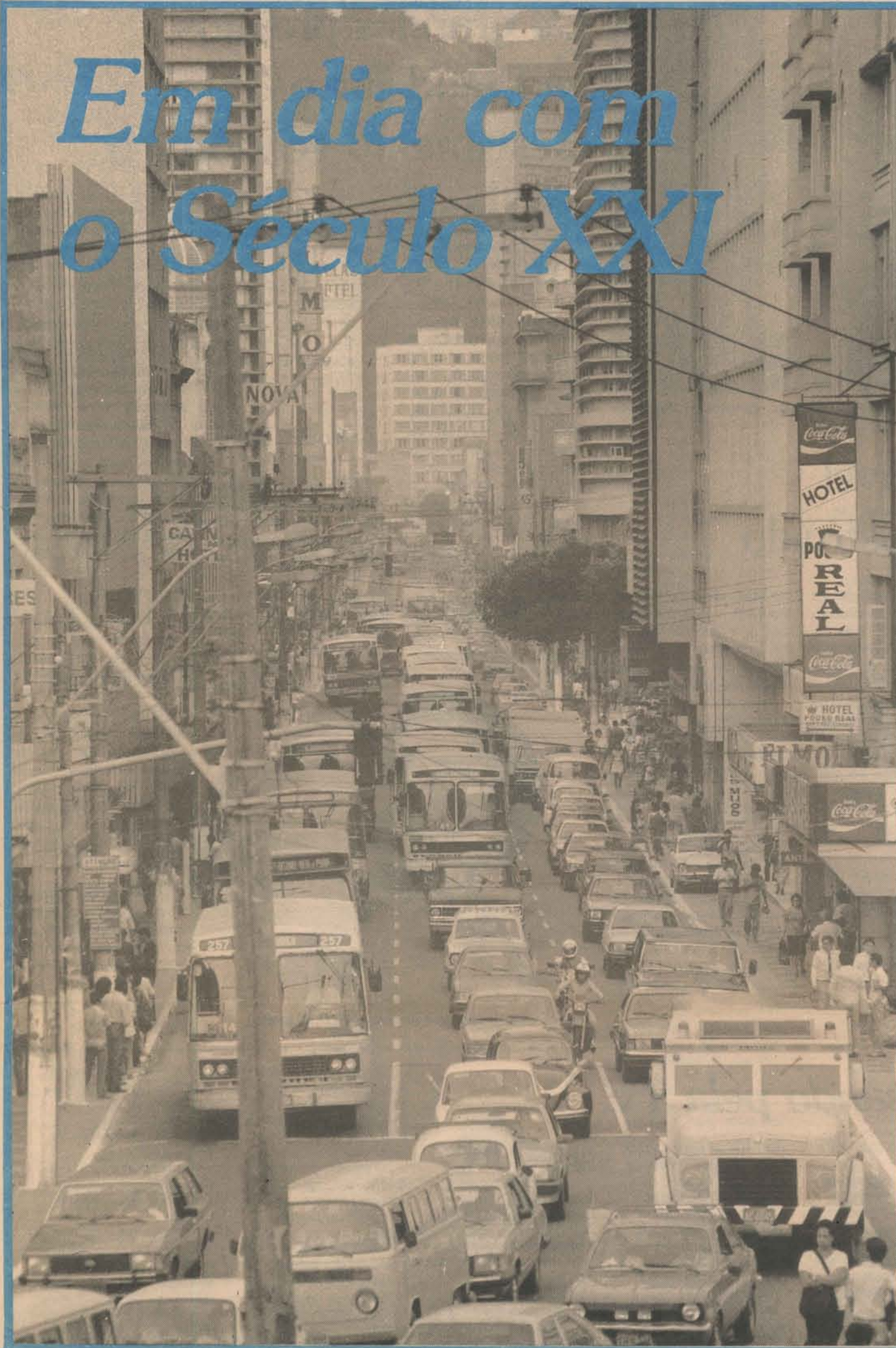


A GAZETA

Vitória(ES), sábado, 30 de junho de 1990



Em dia com o Século XXI



O futuro desejável para o Espírito Santo está em suas mãos e já pode ser construído.

É com esta perspectiva que a Rede Gazeta de Comunicações publica hoje o primeiro de uma série de documentos, cuja finalidade é a de deixar a comunidade capixaba em dia com o século XXI. Toda a didática estabelecida para este e demais números (que circularão no final de cada mês) está lastreada num dos mais ambiciosos projetos políticos já presenciados pela sociedade, o Espírito Santo Século XXI, neste ano em sua fase final.

Além de temas de natureza política, econômica e social, este primeiro número preocupa-se fundamentalmente com a história desse projeto, que nasceu há seis anos e que amadureceu ao longo do tempo embasado na perspectiva de que o Espírito Santo deveria planejar o seu futuro, chamando ao debate os segmentos organizados da sociedade (sistema político, econômico e sociedade civil), de forma que seus resultados expressassem consenso em torno de uma variada gama de temas importantes. Neste diagnóstico do futuro, algumas coisas já são sabidas: que é possível sair da dependência e passar à autodeterminação das mudanças; que o planejamento nascido da base tem o referendo dela; e que os grandes projetos modelarão o crescimento econômico dos próximos anos. Todos os documentos elaborados pelo projeto Espírito Santo Século 21 já são fonte obrigatória de consultas, por entidades públicas ou civis, e certamente servirão de bússola no planejamento a ser elaborado pelos próximos governantes do Estado.



Os projetos de impacto determinarão o crescimento. Mas o futuro desejável não está distante



Qual o futuro que a comunidade deseja? Este é um dos objetivos do projeto em elaboração

O futuro desejável já pode ser construído

O principal objetivo do projeto **Espírito Santo Século 21** é o de mobilizar toda a sociedade capixaba para que participe da construção do futuro do Estado. O projeto estimula a passagem da atual dependência para a autodeterminação das mudanças. Ao invés de iniciativas isoladas, o projeto prevê a participação dos seus integrantes em uma ação solidária, ao invés de iniciativas isoladas, que geralmente levam ao imediatismo.

O ponto de partida é a contribuição cultural e técnica dos vários segmentos da sociedade nas discussões dos problemas do Espírito Santo e no encadeamento de soluções que mais atendam aos anseios da população. Uma

das maiores preocupações é a de valorizar o aprofundamento do debate, evitando tudo o que possa restringi-lo às minorias ou à superfície. O objetivo é o de discutir realizações, mudanças, qualidade de vida, tendo um primeiro plano, as deficiências em busca da construção do futuro desejável dentro das margens do possível.

Metas

Os debates têm por meta ampliar o nível de conscientização da sociedade capixaba sobre os problemas e as potencialidades do Estado; encaminhar aos segmentos representativos propostas e projetos de interesse do Espírito

Santo; estimular sistemas alternativos para dar continuidade e acompanhamento das propostas e projetos apresentados para que possam ser concretizados.

Isso tudo já está sendo alcançado, já que os participantes do projeto, que está entrando em sua terceira e última fase, já aceitam o futuro como algo que pode ser construído. E uma das metas é levar o Espírito Santo a uma situação de maior equidade, entre os seus variados segmentos da população e suas regiões geográficas, ao invés de permanecer na atual situação de concentração de renda, riqueza, poder e status na área da Grande Vitória, prejudicando o interior do Estado.

Os grandes projetos vão modelar o crescimento econômico

O crescimento econômico do estado nos próximos anos será modelado pelos grandes projetos transformados em centros de poder — Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Aracruz e Petrobrás —, como vem ocorrendo desde os anos 70. Este é um dos temas mais polêmicos levantados no documento intitulado **Os Grandes Diretores do Processo de Transformação do Espírito Santo**, elaborado pelo demógrafo Antônio Celso Rodrigues, com a colaboração do engenheiro Roberto Garcia Simões.

O documento tem como ponto central de discussão a afirmação de que a estratégia provável de crescimento do estado está, hoje, nas mãos de alguns "centros de poder"

— CST, CVRD, Aracruz e Petrobrás e alguns de segunda ordem cujas decisões estruturam e modelam essa estratégia sem qualquer monitoramento das agências de planejamento governamentais de âmbitos estaduais, que são, assim, deslocadas para atuar apenas "na problemática ambiental e social".

Centros de ação

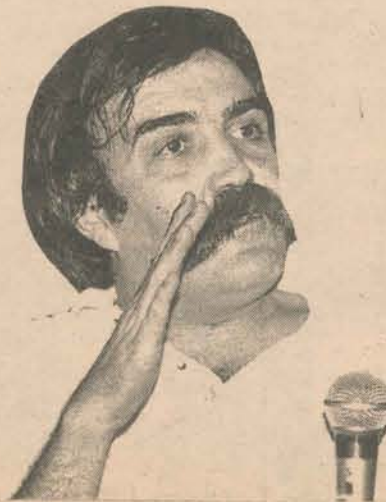
Esses centros de poder "definem políticas públicas próprias, pressionam ou interferem na formulação de política estatais nos três níveis de poder, alavancam e viabilizam reivindicações estaduais, sejam do governo, sejam da iniciativa privada, junto ao governo federal, às

agências de financiamentos nacionais e internacionais e a outras empresas estatais, além de possibilitarem a inclusão do Espírito Santo nas grandes políticas do governo federal, a exemplo da conversão da dívida externa".

O futuro do Espírito Santo é traçado "pelos grandes projetos que têm marcante presença no estado, direta ou indiretamente associados ao capital internacional que, embora sejam investimentos demarrados a partir de empresas estatais, a lógica que presida a sua expansão e diversificação aproxima-se da lógica da iniciativa privada e é conduzida pela tecnoburocracia".

Essa estratégia provável é considerada como "a única possível pela elite econômica e pela intelectualidade". O documento aponta que, dessa forma, a "sociedade, as instâncias estaduais de poder, não têm mais condições de definir e induzir o crescimento econômico, dada a crescente internacionalização, escapando a esses níveis de poder o processo de tomada de posições".

O documento questiona essa posição, propondo que a sociedade seja motivada para ser "devidamente informada, debater e intervir, através de ações competentes, na estratégia provável de crescimento do Estado".



Antônio Celso Rodrigues é um dos cabeças do projeto

Explicando pela TV

A partir de hoje, o projeto **Espírito Santo Século 21** será levado ao ar pela **TV Gazeta**, numa série de 27 programas de 2,5 minutos cada. A veiculação será feita de sábados às segundas-feiras, com o objetivo de apresentar uma panorâmica do projeto,

informa o jornalista Jairo Régis.

Hoje, o programa vai ao ar no **Espírito Santo Notícias Segunda Edição** e será basicamente uma apresentação do projeto, através de cinco entrevistas com os promotores do **Espírito Santo Século 21**: Carlos Fernando Lindenberg Filho, diretor

executivo da **Rede Gazeta**, Odilon Borges, presidente do **Bandes**, Carlos Lessa, coordenador do **Geres**, e Albuino de Azeredo, ex-coordenador da **Coplan**. As entrevistas também serão apresentadas domingo, no **Jornal do Campo** e durante o **Fantástico**. Na segunda-feira, entre o **Espírito**

Santo Notícias Primeira Edição.

O segundo programa enfocará uma nova regionalização do Espírito Santo, debatida nos grupos de estudos e nos seminários do interior. As oito microrregiões homogêneas não correspondem mais à realidade econômico-social

do Estado. Através dos debates, chegou-se à conclusão de que o Espírito Santo conta hoje com doze zonas funcionais.

O terceiro programa focalizará o impacto dos grandes projetos na economia do Espírito Santo. A quarta etapa analisará os impactos negativos dos grandes projetos na qualidade de vida dos capixabas, principalmente da Grande Vitória.

Os quatorze primeiros programas retratarão as aspirações da sociedade, ou seja, o futuro desejável. Numa segunda etapa, a televisão apresentará as conclusões do projeto que começam a ser elaboradas a partir de amanhã.

A cada veiculação pela TV, o jornal **A GAZETA** também publicará meia página de matéria, correspondente ao conteúdo do programa apresentado pela televisão.

A metodologia adotada exigiu a mobilização de toda a sociedade em torno do seu futuro

ES
SÉCULO 21

A sociedade foi chamada a discutir o seu próprio destino

Planejar com a participação da sociedade. Esta é a metodologia e o grande desafio do projeto **Espírito Santo Século 21**. Os organizadores entendem que não dá mais para permanecer no comodismo de receber pacotes prontos, feitos por terceiros, apesar de ser mais simples e menos trabalhoso. Por isso, a metodologia proposta para a realização do projeto envolve a mobilização da sociedade para identificar os seus próprios problemas e potencialidades, discuti-los e indicar caminhos para preparar melhor o Espírito Santo do Século XXI.

A metodologia que foi adotada na elaboração dos documentos básicos é a mais usual e consagrada para trabalhos técnicos. O ementário tem a finalidade de indicar alguns tópicos ou pontos essenciais e não visa restringir a liberdade dos autores. A preocupação esteve centralizada nos pontos e aspectos que não podem faltar no trabalho.

Conteúdo

Os requisitos básicos aplicáveis a cada um dos 29 documentos básicos foram divididos em três itens: quanto ao conteúdo (evolução histórica, situação atual, caracterização da situação do Estado, seus problemas e suas potencialidades no que for aplicável a cada tema); quanto à dimensão do tempo (dados estatísticos dos censos de 70/75/80), para o futuro as abordagens do desejável (imagem objetivo), prognóstica (no mínimo o ano 2.000) e planejadora, quando cabíveis; e, finalmente, quanto à dimensão do espaço (abrangência do Estado como um todo, suas interrelações com o ambiente externo e sua desagregação nas oito microrregiões homogêneas, recomendando-se a utilização de mapeamentos).

Após a impressão e distribuição dos documentos básicos, houve a preocupação de se ouvir a comunidade nos seminários realizados na Universidade Federal do Espírito Santo. Seguindo a metodologia, todos os documentos foram redigidos a partir das discussões da sociedade. Após a impressão, os textos são apreciados e analisados pelos vários segmentos da comunidade para posterior debate.

Para atingir os objetivos da metodologia, na Fase II, foram impressos **Os Grandes Diretores do Processo de Transformação no Espírito Santo**, onde foi avaliado o futuro provável. O documento representa a consolidação de esforços de uma série de pesquisadores da realidade estadual e procura diferenciar o modelo esperado para o crescimento econômico e o que isso significa para a sociedade como um todo.

Esses documentos-sínteses foram distribuídos em todo o Estado, dividido em oito microrregiões homogêneas. Através dos grupos de estudos em cada cidade escolhida de uma dessas regiões, os organizadores detectaram o que a sociedade civil deseja. As conclusões foram apresentadas nos oito seminários. Esses estudos foram mais uma vez compilados, transformando-se em três volumes-sínteses — **O Futuro Desejável da Sociedade Capixaba**.

Agora, na terceira fase, que se encerra no dia 30 de outubro, esses documentos-sínteses serão distribuídos para análise da comunidade e feitas reuniões com cada segmento. Estão previstos seminários finais, que servirão de subsídios para os documentos finais que concluirão o **Espírito Santo Século 21**.

Os desafios, na dimensão de tempo e de espaço

O projeto **Espírito Santo Século XXI** é um estudo, um diagnóstico do futuro do Estado e não necessariamente do Século XXI, com sugestões e propostas concretas dos próprios capixabas, define o diretor industrial da **Rede Gazeta de Comunicações**, José Carlos Corrêa. Através de um processo cultural de mobilização da sociedade, o projeto pretende traçar o futuro em três níveis: a previsão do que poderá ocorrer, do que a comunidade deseja e a construção do desejável dentro das margens do possível.

O idealizador do projeto, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho, diretor executivo da **Rede Gazeta**, afirma que houve duas preocupações básicas na formulação do projeto: contemplar a sociedade civil, os políticos e os grupos econômicos e de em nenhum momento ser partidário. A Universidade Federal do Espírito Santo foi escolhida para ser a sede do projeto.

Mobilização

O projeto original foi elaborado pelo engenheiro Lélío Rodrigues, do Ipea, e concluído em outubro de 1985.

Esse texto foi ajustado ao longo de diversas reuniões por uma comissão informal e voluntária de capixabas interessados no tema, que representava diversos segmentos da sociedade. Essa equipe passou a ser chamada de grupo instituído do projeto.

Participavam desse grupo dirigentes e técnicos da Ufes, Geres, Bandes, Aracruz, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), Escelsa, Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi), Telest, Emcat, secretarias de Estado, profissionais liberais e técnicos de entidades públicas e privadas.

Das discussões travadas nessas reuniões, chegou-se à versão definitiva do projeto aprovada pelo Conselho Estadual do **Espírito Santo Século XXI**, em 5 de novembro de 1986. O próprio projeto original previa a criação desse Conselho, formado por representantes de todos os segmentos da sociedade. A partir daí, cinco entidades se uniram para promover o



projeto: a Universidade Federal do Espírito Santo, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), o Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Espírito Santo (Geres), a Coordenadoria de Planejamento do Espírito Santo (Coplan) e a **Rede Gazeta de Comunicações**.

José Carlos Corrêa avalia que o **Espírito Santo Século XXI** é totalmente diferente dos demais, que normalmente são encomendados por empresas ou governos a firmas especializadas. "O projeto não se restringe à participação dos técnicos e está aberto a toda a comunidade. Todos os documentos impressos são acessíveis a todos e já foram distribuídos em todas as bibliotecas públicas", afirma o diretor industrial.

Na própria composição do Conselho Estadual manifesta-se uma das características inovadoras: há uma busca da convergência do sistema político e do sistema econômico com os interesses da sociedade civil, isenta de partidarismo.

Desafios

Na dimensão do tempo, o projeto comporta três desafios: a previsão do que poderá ocorrer, o futuro desejável pela sociedade e a construção do que a comunidade deseja nas margens do possível. Na dimensão do espaço, o **Espírito Santo**, com seus 45.597 quilômetros quadrados e 2,3



Segundo José Carlos Corrêa, este é um estudo do futuro

milhões de habitantes, enfocam também três abordagens: a apreensão do Estado como um mosaico de disparidades internas e a dependência do Estado a variadas junções em níveis nacional e internacional.

Na avaliação do diretor da **Rede Gazeta**, o projeto conseguiu fazer uma "fotografia" de como será o Espírito Santo no Século XXI, detectando se a sociedade quer isso e se há condições de mudar. Carlos Fernando lembra que uma das hipóteses apresentadas pelo projeto é que, no ano 2.000, cerca de 3,5 milhões de pessoas estarão vivendo na Grande Vitória. "Nós queremos isso?"

O projeto pretende ir além do que habitualmente o cálculo econômico chega. Normalmente, esse cálculo

quantifica quase que exclusivamente a renda gerada. O projeto quer ir mais além, chegando à renda retida e distribuída às famílias.

Habitualmente, os projetos ficam vinculados somente ao setor formal. Mas o **Espírito Santo Século XXI** quer chegar aos desperdícios, ao que é nocivo à degradação do patrimônio natural. Ou seja, o projeto pretende ir além do mero crescimento econômico. Quer apurar o estilo do desenvolvimento capixaba.

Quanto à relação entre os sistemas comunitário, político e econômico, esta pode ser sintetizada da seguinte forma: a pressão da sociedade civil pode operar na dissociação do sistema político a ser economicamente contido e do sistema econômico a ser politicamente regulado.

ES
SÉCULO 21

A primeira fase detectou a realidade atual

A primeira fase do Espírito Santo Século 21 foi iniciada em 1985, com uma análise macroestadual, centralizada em Vitória, feita através de pesquisas de opinião, de lideranças e de observação, envolvendo cerca de quatrocentas pessoas dos sistemas comunitário, político e econômico. Foram detectadas nesta fase I a realidade atual do Estado e o que tecnicamente poderá ocorrer a partir do ano 2.000.

Depois foram elaborados 29 documentos básicos, abordando temas relacionados com os nove itens previstos no esboço conceitual (recursos de capital, recursos naturais, recursos humanos, níveis de renda, níveis de vida, sistemas econômicos, político e comunitário).

Esses documentos são trabalhos técnicos, que detalham cada um dos temas e serviram de base para os debates dos seminários temáticos, que foram realizados em novembro e dezembro de 1987, no auditório do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Renda

Nove seminários foram realizados. O primeiro deles, sobre níveis de renda, debateu a geração do Produto Interno Bruto e a composição da renda. Em recursos humanos, entraram em pauta, a dinâmica demográfica, a distribuição demográfica e tendências

ocupacionais. O sistema político e os níveis de produção também foram temas de seminários.

Os organizadores do projeto também se preocuparam em fazer seminários sobre sistema comunitário (representações macroestaduais da sociedade civil, associação microlocalizadas do sistema comunitário e estratificação de classes e atomização social); sistema econômico (grupos econômicos e conexões extraestaduais, a pequena e média empresa, as representações patronais e o sistema econômico e as organizações sindicais de empregados e o sistema econômico. Houve também um seminário sobre recursos de capital, onde foram discutidas a geração e destinação da poupança financeira, composição e orientação dos investimentos no Estado e disponibilidade e apropriação dos estoques de capital física.

No seminário sobre níveis de vida foram debatidos os indicadores sintéticos de qualidade de vida; indicadores específicos de níveis de vida e estratificações dos padrões de consumo de bens industrializados, de alimentação, de habitação, de saúde, de educação e de bens culturais, além dos indicadores indiretos de negatividades sociais.

O último seminário foi sobre recursos naturais, dando-se ênfase para os recursos biológicos, hídricos e minerais, além de se discutir o modelo energético. Todos os seminários foram abertos à participação da comunidade interessada no desenvolvimento do Estado.

A segunda fase interiorizou a discussão

De posse dos levantamentos do futuro provável do Espírito Santo, concluídos na fase I do projeto, os organizadores do Espírito Santo Século 21 iniciaram a fase II, a da interiorização, para detectar o que os capixabas desejam para o futuro. A partir de 89, foram desenvolvidos trabalhos nas oito microrregiões homogêneas do Estado, com a participação de lideranças e de representantes dos mais variados segmentos da sociedade.

O demógrafo Antônio Celso Dias preparou um documento para cada uma das microrregiões, enfocando o presente e o futuro provável, abordando economia, população, política, problemas sócio-culturais, recursos naturais e meio ambiente, saúde, educação, infra-estrutura e habitação.

Grupos de estudos

O diretor industrial da Rede Gazeta de Comunicações, José Carlos Correa, explica que esse material foi distribuído para ser analisado pela comunidade. Os organizadores do projeto também escolheram uma cidade de cada microrregião para formação de grupos

As oito microrregiões da segunda fase

● **Grande Vitória** — Vitória, Cariacica, Serra, Viana e Vila Velha.

● **Microrregião Colonial Serrana** — Santa Leopoldina, Itaguaçu, Laranja da Terra, Santa Maria de Jetibá, Afonso Cláudio, Itarana, Santa Teresa, Domingos Martins e Alfredo Chaves.

● **Alto São Mateus** — Montanha, Mucurici e Ecoporanga.

● **Baixada Espírito-Santense** — Pinheiros, Conceição da Barra, São Mateus, Jaguaré, Rio Bananal, Linhares, Aracruz e Fundão.

● **Microrregião do Caparaó** — Castelo, Conceição do

de estudos. As conclusões desses grupos foram apresentadas nos seminários realizados no interior e em Vitória.

As reuniões eram coordenadas por monitores treinados pelo projeto. José Carlos Correa afirma que, através da participação da comunidade, foram definidas as perspectivas para cada região e detectado o que a sociedade deseja para o seu futuro.

Todos esses estudos e as conclusões tiradas dos seminários resultaram em outro material, de três volumes sínteses — **O Futuro Desejável da Sociedade Capixaba**. O primeiro volume trata da Agregação Estadual e os outros são os oito documentos regionais, com alterações finais. Todo esse material será distribuído para todo o Estado, encerrando a fase II do projeto.

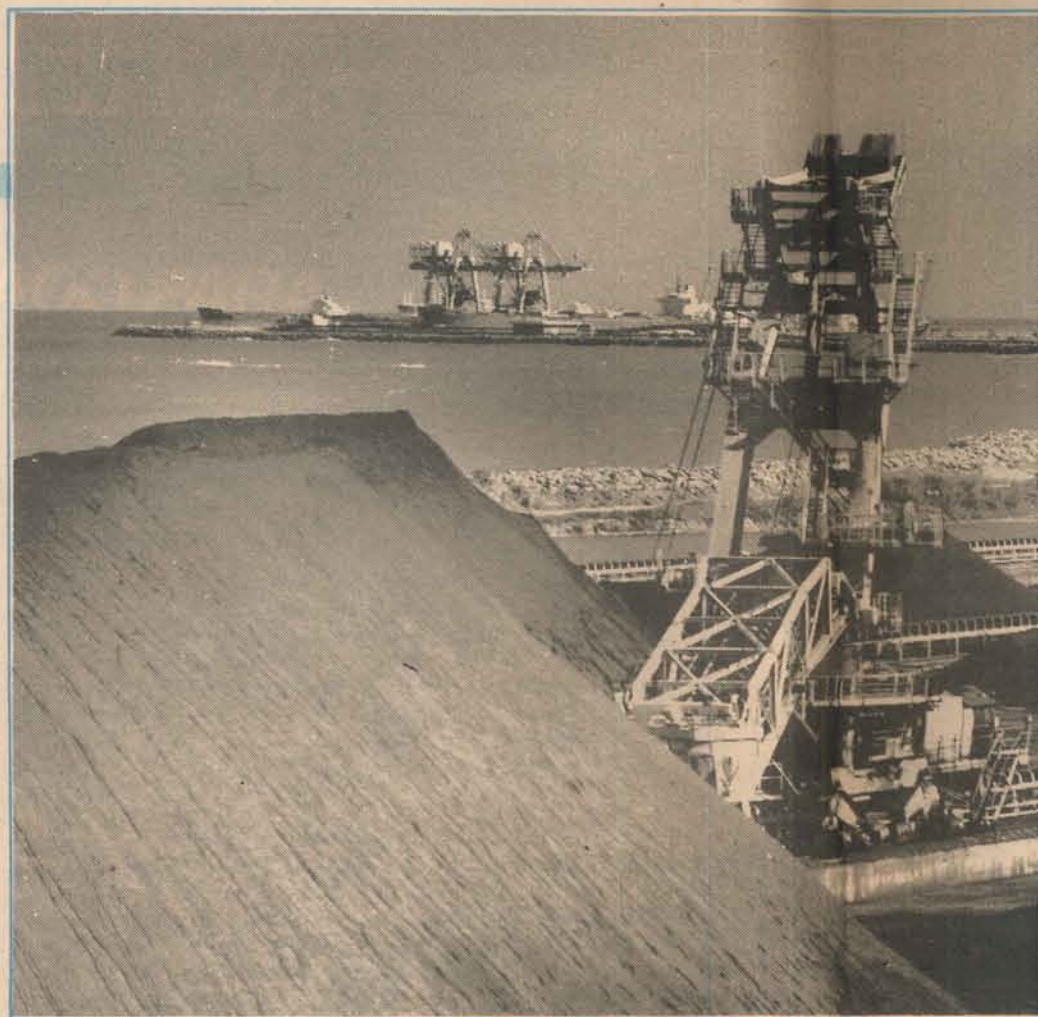
Agora, na fase III, com base na documentação que possui as reivindicações da sociedade, será possível questionar o futuro provável com o desejável para se ter o futuro possível, analisa José Carlos. O diretor conclui que novas reuniões setoriais serão feitas para que no final da fase III tenha-se um documento com propostas específicas e aplicação prática.

Castelo, Muniz Freire, Iúna, Ibatiba e Venda Nova do Imigrante.

● **Litoral Sul** — Presidente Kennedy, Guarapari, Icoha, Anchieta, Itapemirim, Piúma e Rio Novo do Sul.

● **Microrregião de Cachoeiro** — Alegre, Apiacá, Atílio Vivacqua, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Divino São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guacuí, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muqui, São José do Calçado e Vargem Alta.

● **Microrregião Colatina** — Água Doce do Norte, Aguiá Branca, Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Boa Esperança, Colatina, Ibirapu, João Neiva, Mantenedópolis, Marilândia, Nova Venécia, Pancas e São Gabriel da Palha.



Na realidade, o crescimento econômico da região deveria reverter ou, pelo menos, numerizar o quadro

A terceira (e última) fase começa agora,

O Projeto Espírito Santo Século 21 entra em julho na sua terceira e última fase. Segundo o secretário geral, Geraldo Rocha, serão distribuídos os três volumes dos documentos da fase II aos participantes dos oito seminários regionais, que responderão um a questionário. Os documentos também serão enviados aos representantes dos centros de poder de primeira ordem (grandes projetos); aos centros de poder de segunda ordem e representações patronais; aos representantes de empregados e sociedade civil; aos partidos e políticos e entidades governamentais. Haverá reuniões separadas com cada segmento.

Em agosto, serão realizados diversos painéis, enfocando os seguintes temas: produção e vida no campo; urbanização e industrialização; e educação e conscientização.

A partir daí, as informações dos painéis serão compiladas e em setembro deverão estar concluídos mais três documentos-sínteses: imagem-objetivo, sugestões programáticas e processo participativo.

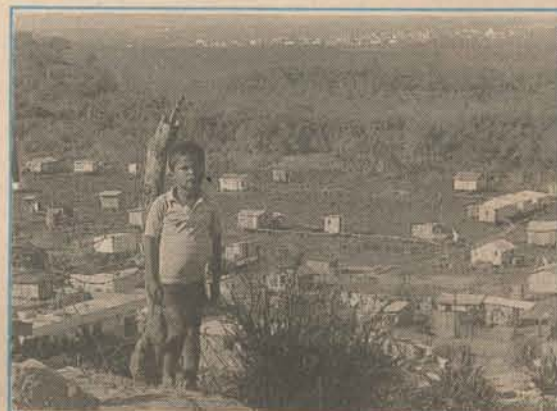
As três sínteses serão novamente distribuídas para

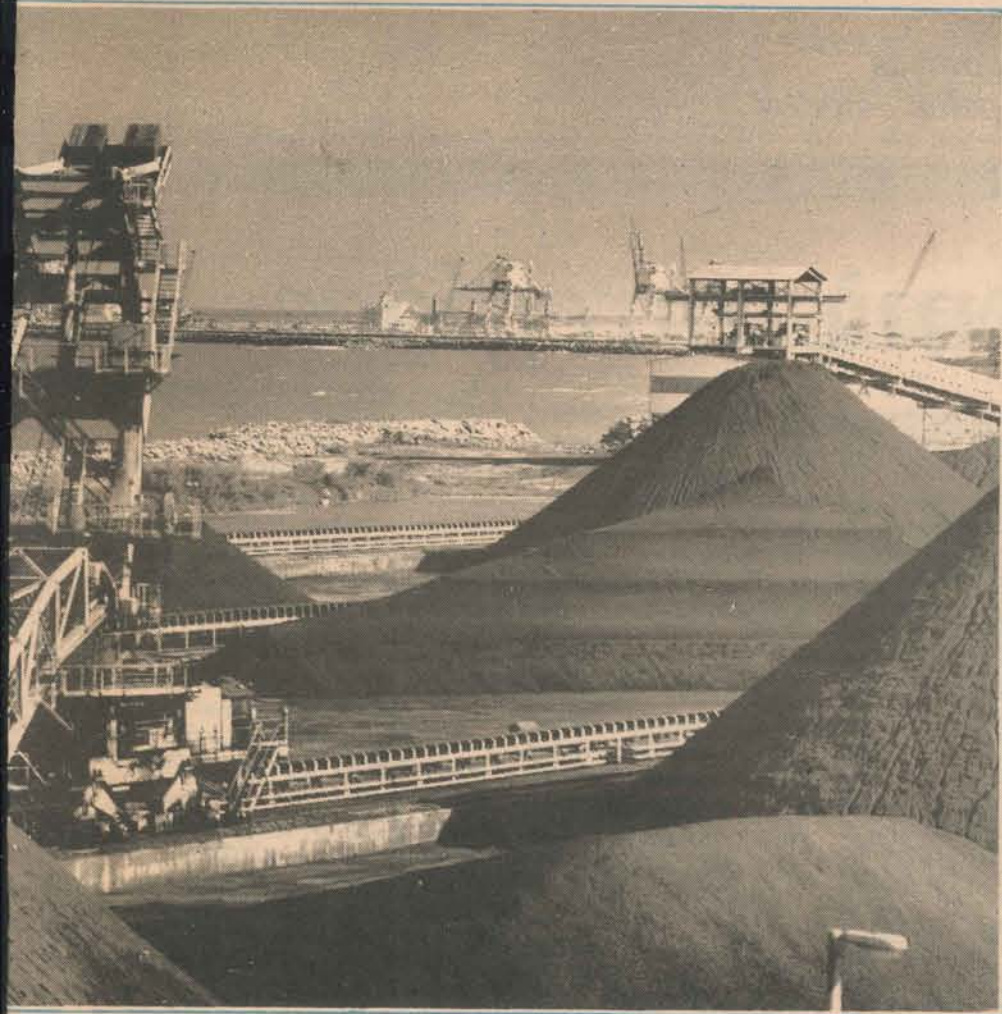


Reflexos de um crescimento desordenado na

que todos os segmentos da sociedade tenham acesso para participar dos três seminários finais, que serão realizados em outubro. Os temas serão: imagem-objetivo, sugestões programáticas e processo participativo.

O relatório final do projeto está previsto para ser publicado em outubro/dezembro deste ano.





menos, diminuir o quadro de miséria hoje vivenciado por milhares de pessoas na Grande Vitória

ltima) gora, em julho



crescimento desordenado na área industrial. Problemas de infra-estrutura e de favelização

mentos da sociedade tenham embasa-
ficar dos três seminários finais, que de-
dos em outubro. Os temas serão os mes-
jetivo, sugestões programáticas e pro-
vo.
nal do projeto está previsto para novem-
este ano.

Nesta última fase, o projeto pretende que a própria sociedade civil encontre mecanismos que determinem o futuro possível do Espírito Santo. O que se tem até agora é a primeira aproximação do que a população deseja. Um conjunto de aspirações, de vontade de transformar, melhorar, realizar e de autodeterminar. Como chegar lá é o que a terceira fase pretende definir.

ES SÉCULO 21

Três mil participaram da fase regional do projeto

Mais de três mil pessoas de diversos segmentos da sociedade capixaba participaram da fase regional do projeto **Espírito Santo Século 21** encerrada em setembro de 89, no seminário de Cachoeiro de Itapemirim. Foram 66 reuniões realizadas em cada um dos municípios do Estado, onde foram preparadas as propostas apresentadas nos oito seminários realizados em Linhares, Venda Nova do Imigrante, Vitória, Santa Teresa, Montanha, Guarapari, Colatina e Cachoeiro.

Dessas três mil pessoas, 741 participaram dos seminários regionais e debateram intensamente o futuro dos grupos de trabalho e em reuniões plenárias.

Todo o material recolhido nos seminários foi analisado por uma equipe técnica de especialistas. As gravações das cinquenta fitas cassetes foram transcritas e o consultor Antônio Celso Rodrigues extraiu dos textos contribuições para identificar o futuro desejável pela comunidade.

Para o secretário executivo do projeto, o professor da Ufes, Geraldo Rocha, mais importante do que o número de participantes foi a qualificação das pessoas presentes. "As comunidades em sua grande maioria, entenderam a proposta do projeto e se a participação não foi ainda maior se deve ao ceticismo de grande parte da sociedade brasileira quanto ao futuro do país".

Ninguém é dono, a não ser a comunidade

Apesar de afirmar que o projeto **Espírito Santo Século 21** não tem "dono", por ser de toda a comunidade, Carlos Fernando Lindenberg Filho, diretor executivo da **Rede Gazeta**, é o seu idealizador, ou seja, o pai do projeto. A idéia surgiu casualmente de uma conversa em 1984 com o então governador Gerson Camata, que comentou que um determinado empresário (Arnes Lorentzen, do grupo Aracruz) queria encomendar um projeto sobre o Espírito Santo. "Isso ficou na minha cabeça", revela.

Um belo dia, o diretor encontrou um assessor da Aracruz Celulose na entrada da **Rede Gazeta** e quis saber que projeto era esse sobre o Espírito Santo. "Ah!: Isso é uma bobagem. É um presente do primo rico para o primo pobre", respondeu o assessor.

"Fiquei sem entender o que o assessor quis dizer, mas o projeto não saía da minha cabeça".

Em uma viagem a Brasília, Lindenberg encontrou o então engenheiro Lélío Rodrigues, a quem confidenciou suas idéias. O engenheiro ficou com a missão de preparar um projeto para deslançar o **Espírito Santo Século 21**. Lélío Rodrigues demorou mais de um ano para entregar o projeto. Até que, finalmente em 85, entregou uma minuta do que seria o projeto e um esboço do que viriam a ser os documentos básicos.

"Eram mais de duzentas páginas escritas a



Carié ressaltou que o projeto é da comunidade

mão. Resolvi xerocar e distribuir para várias pessoas que poderiam se interessar em discutir a questão. Fizemos várias reuniões para definir o projeto".

O diretor afirma que desde o início havia idealizado o **Espírito Santo Século 21** para ter caráter participativo.

As outras metas eram detectar o que aconteceria com o Espírito Santo se nada fosse feito, acelerar o que a sociedade deseja e estudar o futuro possível do Espírito Santo.

Cinco entidades se envolveram na iniciativa

Cinco entidades estão unidas para a execução do projeto **Espírito Santo Século 21**: a **Rede Gazeta de Comunicações**, a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), a Coordenação de Planejamento do Estado do Espírito Santo (Coplan) e o Grupo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Geres). São essas cinco entidades que obtêm e colocam à disposição do projeto os recursos humanos, os materiais e os financiamentos necessários à sua realização.

A metodologia e os aspectos conceituais são orientados por um Conselho Estadual formado por

representantes do sistema político, do sistema econômico e da sociedade civil. Todos os assuntos relacionados com a fase executiva são acompanhados por um Conselho Consultivo, integrado por pessoas das comunidades interessadas no projeto e com capacidade técnica e profissional, eleitas pelo Conselho Estadual.

O projeto conta também com Conselhos Microrregionais, formados por representantes dos sistemas econômico e políticos e da sociedade civil em nível regional. Suas funções são semelhantes as do Conselho Estadual, mas com adaptações em nível



As microrregiões são redefinidas de acordo com as realidades detectadas pelos estudos

Projeto redefine as microrregiões

Ao se detectar o futuro desejável pela sociedade capixaba, o Espírito Santo Século 21 concluiu que as oito microrregiões atuais do Estado não satisfazem a vontade da maioria. Nesta primeira tentativa de mapeamento dos desejáveis, segundo a sociedade civil, o Espírito Santo deveria contar com doze zonas funcionais.

A primeira é chamada de **região pré-metropolitana**, constituída pela atual Grande Vitória. Foi detectada pelos organizadores do projeto uma expectativa no sentido de controle de seu crescimento e de recuperação dos graves problemas sociais que são observados hoje. A sociedade entende que a superação desses problemas depende de medidas mais amplas no conjunto do Estado. O seminário regional levantou várias recomendações como desconcentração industrial, política agrícola e de meio ambiente entre outros.

Proteção ambiental

A zona dois (**faixa de proteção litorânea Norte**) foi referendada por determinantes ecológicos, tanto no sentido estrito de proteção ambiental como no sentido mais amplo de qualidade de vida. A idéia central seria estabelecer um espaço privilegiado de "vivência" e de proteção aos recursos naturais, em relação à degradação ambiental já produzida com a presença de atividades econômicas incompatíveis com esta perspectiva. Essa faixa dois compreende o litoral da Grande Vitória até o Norte do Estado.

Na terceira zona (**faixa de proteção litorânea Sul**) as determinantes aparecem de forma mais homogênea e é o próprio dinamismo econômico dessa fração de espaço que impõe a sua constituição.

Generalizou-se aí um sentimento segundo o qual a vocação da região



A região pré-metropolitana da Grande Vitória leva em conta os graves problemas sociais

se apoiaria no binômio turismo-pesca.

A zona quatro (chamada de **macroeixo de desconcentração industrial e de serviços Norte**) é a idéia geral de descentralização que emerge dos vários seminários e, especificamente, a questão da desconcentração industrial que está centralizada na Grande Vitória e no litoral Norte do Estado.

Há um consenso no que se refere à necessidade e urgência de desconcentração industrial, mas não encontra a mesma receptividade em relação ao "para onde desconcentrar".

A quinta zona é a do "macroeixo de desconcentração industrial e de Serviços Sul". Ao contrário do eixo Norte, em que se caracteriza uma continuidade em relação ao pólo da Grande Vitória, nesta região, o que se deseja é criar um novo pólo, aproveitando-se da tradição cultural de Cachoeiro e as possibilidades abertas de desenvolvimento tecnológico do mármore.

A reivindicação é pela implantação de um pólo industrial alternativo, que possa gerar desenvolvimento para o Sul do Estado.

Agroindústrias

A zona seis é a do ma-

croeixo agroindustrial Norte. Houve um consenso quanto à necessidade de se reforçar o modelo atual de crescimento estrutural em empreendimentos agroindustriais subordinados ao capital industrial e de constituição de empresas rurais diversificadas e especializadas. A otimização deste processo solidificaria, segundo a concepção proposta, um pólo de desenvolvimento cujo dinamismo se irradiaria para outros espaços do Norte do Estado.

A sétima zona é a do **macroeixo agroindustrial Sul**. Segundo a imagem-objetivo formulada pela sociedade civil presente no seminário de Guarapari, esta zona é uma exigência colocada a partir do desejo de se preservar uma faixa litorânea, com tendências turísticas e pesqueiras, de agressões ambientais que comprometam esta perspectiva.

A zona oito (**entorno serrano turístico e de cinturão verde da pré-metrópole**) é caracterizada de acordo com a sua natural especialização produtiva e de organização social. A preservação ecológica e a exploração econômica se integram no mesmo espaço e se interligam tanto em relação à geração de renda quanto em relação à qualidade de

vida para a sociedade. O binômio turismo — hortifruticultura se assenta em elementos culturais extremamente solidificados na região.

Agropastoril

A zona nove é a de **potencialização e diversifica-**



ção agropastoril Norte. A idéia do desenvolvimento harmônico e sem rupturas profundas com a tradição regional se traduz em termos básicos de políticas agrícolas no aumento da competitividade da agricultura, contemplando tanto uma revalorização do café quanto uma diversificação agrícola. O desejo da sociedade é de preservar o café como produto básico. O desejável passa também pela implantação de micropólos agroindustriais, permitindo a transformação local dos produtos primários. Com isso, haveria geração de empregos e valorização para efeito de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

A zona dez (**potencialização e diversificação agropastoril Centro**) aponta o café como base para o desenvolvimento e a diversificação produtiva esperada está mais para o consorciamento do que para a substituição do produto dominante. A implantação da agroin-

dústria para a transformação dos produtos primários também foi reivindicada pela sociedade. Outra idéia é a de que a continuidade das atividades tradicionais viabilizariam a harmonia em níveis sociais, culturais e ecológicos.

A zona onze é a chamada de **potencialização e diversificação agropastoril Sul**. A peculiaridade é a de que a idéia de diversificação produtiva aparece de forma mais patente, propondo-se a substituição paulatina do café por outros produtos agrícolas e a adoção de formas intensivas na pecuária. A agroindústria passaria a ser então uma mera transformação de produtos tradicionais.

Zona de transição

A zona doze é a da **transição e reestruturação produtiva**. Nesta região, a situação é outra e se trata de criar alternativas para um quadro sócio-econômico caracterizado pela própria sociedade civil como de esvaziamento demográfico, de concentração fundiária, de estagnação do setor industrial tradicional e do comércio e serviços, de empobrecimento urbano, de crise social, de pouca organização política, de crise na educação e na saúde, de secas, de desmatamentos e de erosão. Enfim, o quadro é de estagnação como um todo.

Já que esses elementos evidenciam uma fragilidade que pode tornar esta zona vulnerável a iniciativas que a médio prazo podem criar mais problemas do que soluções, a própria sociedade representada no seminário achou por bem estabelecer primeiro uma mera construção cultural do desejável. Assim, a zona está colocada como de transição e reestruturação produtiva, já que não tem delineado o conjunto de propostas integradas nem os contornos definitivos da imagem-objetivo.

Segundo o empresário
Lindenberg Filho, o projeto
serve de bússola aos governantes

ES
SÉCULO 21

Um referencial para os governantes, segundo Cariê

"O Espírito Santo Século 21 deve ser levado em consideração pelos próximos governantes", afirma o diretor executivo da Rede Gazeta, Carlos Fernando Lindenberg Filho, Cariê. Para ele, dois fatos são alentadores: as monografias e os documentos do projeto já estão servindo como fonte de estudos para pesquisas sobre o Estado. Além disso, há três anos, bibliotecárias contratadas pelo projeto vêm fazendo um levantamento de tudo o que existe impresso sobre o Espírito Santo. Esses dados serão catalogados em um fichário central, onde qualquer interessado poderá localizar o assunto que desejar.

Cariê avalia que não só os futuros governantes, mas também todos os cidadãos terão, através do projeto, uma visão do Espírito Santo de hoje, do futuro provável,

do desejável e do possível. Sua expectativa é a de que seja concluída também uma agenda, com os principais tópicos do projeto.

Perspectivas

Em relação à agricultura, o diretor avalia que um dos mais sérios problemas que os produtores rurais enfrentam hoje (a falta de chuvas) poderá ser amenizado no futuro com incentivos do Governo para as culturas temporárias. "A solução no Norte do Estado é a irrigação e o estímulo às culturas como feijão e milho". O produtor ficaria isento de ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) num prazo determinado para pagar os investimentos dos equipamentos de irrigação, seguindo a mesma filosofia do Fundap".

Carlos Fernando também avalia que a economia de-

pende do leite, principalmente no Sul do Estado. "O que se precisa fazer é um esforço para se aumentar a produtividade da bacia leiteira". Quanto ao café, que hoje sofre com a queda de preços, o diretor analisa que isso se deve a uma circunstância internacional. "Não se tem muitas opções para se substituir o café".

Quanto à industrialização, Cariê afirma que é vital para o Espírito Santo a duplicação da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), acompanhada da instalação do laminador de tiras a quente. O diretor lembra que é baixa a participação da CST na arrecadação do ICM. Com a produção dos laminadores de tiras a quente, que são considerados produtos finais, haveria maior arrecadação de ICM no Estado. Lindenberg lembra que o Es-

pírito Santo está ficando com os aspectos negativos gerados pela implantação da CST, com uma receita pouco expressiva. "Tem que se estudar um lobby para a construção de uma estrada de ferro ligando o Estado ao Sul da Bahia.

Otimista, Cariê afirma que o Espírito Santo é um Estado que tem boa infraestrutura: quatro BRs, todas as cidades ligadas a asfalto, energia farta, portos. "O que se precisa é de governantes que tenham visão social". Por isso, acha imprescindível que o Espírito Santo tenha um núcleo semelhante ao que Minas Gerais já teve, para receber os novos investidores, informando-lhes sobre tudo que é necessário e indicando oportunidades de mercado. Esse núcleo também indicaria para o Governo e os políticos as oportunidades econômicas.



Balarini não crê em soluções de curto prazo

Solução será difícil, adverte o economista

"A economia do Espírito Santo está amarrada à economia nacional. Enquanto não se resolver os problemas que estão surgindo, como desemprego, carestia e inflação o futuro do Espírito Santo fica completamente comprometido. O Estado não tem condições de se desenvolver enquanto persistir a crise que estamos passando", segundo o professor de Economia da UFES, Sebastião Balarini.

Balarini traça uma situação sombria a curto prazo para o Espírito Santo, pois, segundo ele, vai ser difícil resolver os problemas que se instalaram nos últimos anos, como déficit habitacional, saúde e educação. Mesmo porque o Estado está praticamente quebrado e sua capacidade de investimento é muito baixa. Na opinião de Balarini, mesmo com a capacidade de investimento limitado, a agricultura é um setor que tem grande perspectiva para se desenvolver.

"Com a diversificação, vamos ter pela frente uma variedade de produtos muito grande para a exportação", disse ele. A exportação em larga escala de grão do cerrado, especialmente a soja, pelo corredor de exportação, abre perspectiva para a industrialização da soja aqui no Estado. Segundo ele, isso fará desenvolver vários setores, como a suinocultura e avicultura, que serão os mais beneficiados com a industrialização, pois o subproduto é utilizado como ração.

Grandes projetos

Balarini argumentou que os grandes projetos instalados no Estado (Aracruz e CST) não trarão mais nenhum benefício significativo. Segundo ele, a renda que estas empresas estão proporcionando é a mesma de uns tempos para cá. Mesmo com a ampliação da Aracruz, o benefício, a nível estadual, é muito pouco. Já a duplicação da CST, se estivesse em franco andamento, proporcionaria, segundo Balarini, mais de dois mil empregos. Com a paralisação do processo de laminação, diminui a possibilidade de outras empresas utilizarem os produtos finais da CST. Balarini esclareceu que o processo de laminação seria muito mais importante para o Estado do que a pura exportação do aço, já que as chapas laminadas seriam utilizadas por várias empresas que viriam se instalar aqui, criando novos empregos e com isso contribuiriam para o desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo.

Medeiros exige maior controle sobre as empresas

"Se os próximos dirigentes não exercerem um controle sobre o conjunto de empresas que pertencem aos chamados grandes projetos (Aracruz Celulose, CST, usinas de álcool e Vale do Rio Doce) não haverá futuro econômico para o Espírito Santo. A chamada contribuição no desenvolvimento, entre outras coisas, provocou o desequilíbrio ecológico e o desemprego na região Norte do Estado, fazendo surgir os bóias-frias dos eucaliptais".

O alerta é do vice-prefeito de Vitória, Rogério Medeiros. Segundo ele, somente um controle rígido destes grandes projetos vai permitir a retomada do desenvolvimento e o emprego correto dos recursos para a educação, saúde e outras áreas. Ele afirmou que se o governo continuar desviando recursos para assegurar infraestrutura de projetos industriais, haverá a liquidação da agricultura, pois é deste setor que sai a maior parte dos recursos.

Para que o Estado possa ter um bom desenvolvimento econômico daqui a alguns anos, é preciso que ele retome o seu desenvolvimento agrícola, retornando à agricultura sua própria receita, através de financiamento, maquinaria, assistência técnica



Medeiros adverte para a desorganização agrícola

ca e que também implante um programa de diversificação, para que o setor não fique à mercê da cafeicultura.

"O Espírito Santo só terá futuro se organizar o setor

agrícola e acoplar a ele suas necessidades de saúde e educação. Não adianta construir hospitais como o de São Mateus, se determinadas indústrias provocam uma desorga-

nização agrícola, como por exemplo a plantação de eucalipto", disse Medeiros.

Segundo Medeiros, enquanto a classe política do Estado trabalhar com o pensamento desorganizado da sociedade capixaba, o Espírito Santo será apenas correio de interesses das classes conservadoras, persistindo a situação de miséria que hoje se encontra o Estado. "A questão é saber programar as vocações que o Estado tem e não apenas servir de desaguardo de poluição". Por isso, segundo ele, o futuro político do Espírito Santo vai estar cada vez mais em mãos de partidos progressistas, com um avanço no processo de organização tanto os trabalhadores quanto a classe empresarial.

Medeiros disse ainda que o futuro social do Estado está intimamente ligado aos destinos que os governantes irão dar aos futuros projetos industriais. Já está havendo no Norte do Estado, segundo ele, o desemprego generalizado. Essa situação vem se refletindo na Grande Vitória que, constantemente, recebe sobrecarga de trabalhadores desempregados e de agricultores que deixam suas terras por falta de uma política agrícola para o setor.

Krohling destaca o esvaziamento do interior

"A situação social do Estado está ficando caótica. Há necessidade de se construir, nos próximos anos, dois hospitais infantis e dois hospitais de especialidade geral em cada município da Grande Vitória, para atender ao grande fluxo populacional. O ideal é que se investissem 15% a 25% do orçamento estadual", disse o secretário do Instituto de Ação Popular, Aloisio Krohling.

Segundo ele, o que está ocorrendo é o esvaziamento do interior e, como consequência, a queda da atividade produtiva, devido aos grandes projetos instalados no Estado. O resultado disto é o surgimento de novos bairros periféricos sem nenhuma infra-estrutura, agravando ainda mais os problemas de invasões, moradia e saúde. A medida em que crescem os bairros periféricos aumenta a incidência de doenças como sarampo, tuberculose, meningite e outras.

Segundo Aloisio, o Governo está atuando nesta área, mas é muito pouco para que se possa reverter o quadro atual. "É preciso que haja um maciço investimento a longo prazo para poder sanar todos estes problemas. Quanto ao proble-



Krohling quer mais saúde e o controle do êxodo rural

ma de moradia, ele citou que já está previsto no plano diretor urbano e na Constituição a obrigação dos municípios reservarem espaços adequados para construção de moradia popular. Mas o setor é tão carente que vai precisar de recursos federais.

Outro ponto analisado por Aloisio foi a educação, completamente acéfala, não só no Estado mas também em todo o país. A questão, segundo ele, não é apenas construir mais escolas, mas aprimorar os professores, conceder-lhes melhores salários e construir labora-

tórios de pesquisas, hoje inexistentes nas escolas públicas. Disse que as escolas estão também com as bibliotecas tão defasadas que os alunos não estão tendo como fazer uma pesquisa atualizada.

Aloisio disse que tudo isso ocorre porque muitas prefeituras não estão investindo os 25% obrigatórios em lei, desviando os recursos para a compra de carros. Segundo ele, se fossem aplicados os 25%, a situação poderia ser bem outra. Argumentou que o futuro aponta para a municipalização da educação, mas de nada adiantará se não houver repasse de verbas além do exigido em lei. O critério mais justo, na opinião dele, para o repasse destas verbas, seria de acordo com o número de alunos.

A situação da educação só poderá ser revertida, segundo Aloisio, num prazo de 10 anos, isso se os governantes a colocarem como prioritária. Sem isso, o Estado chega ao século XXI com um insuperável problema de analfabetismo e carência enorme de professores, pois optarão por outras profissões em que os salários são mais compensadores.



Tovar advertiu para a carência habitacional

Tovar quer ação que segure homem no campo

O secretário dos Transportes do Estado, João Luiz Tovar, disse que, se o governo não tomar providências, poderemos ter, nos próximos anos, mais de três milhões de pessoas vivendo só na Grande Vitória, fazendo agravar o problema de moradia. Pelos cálculos do secretário, há hoje no Estado um déficit habitacional em torno de 100 mil casas, podendo dobrar daqui a alguns anos.

Para que o problema não se agrave cada vez mais, o secretário disse que o governo deve partir para a interiorização do Estado. Dar condições melhores de vida ao homem do campo, para que ele permaneça em sua cidade e não pense que vindo para Vitória irá encontrar condições melhores de vida. Com a interiorização aliada a um projeto que permita um desenvolvimento integrado entre os municípios que compõem a Grande Vitória, haverá um desenvolvimento industrial bastante homogêneo em todo o Estado.

A previsão do secretário é que a indústria cresça mais do que o comércio nos próximos anos. Tovar disse ainda que o corredor de exportação continuará sendo um dos fatores de desenvolvimento do setor siderúrgico do Estado, e que os grandes projetos em andamento darão um impulso muito grande à economia do Espírito Santo. "Com o desenvolvimento da indústria, proporcionando um aumento da renda do capixaba, o comércio, automaticamente, será incrementado", justificou o secretário.

Todo crescimento econômico, na avaliação de João Luiz Tovar, gera um lado negativo, que é o aumento da demanda da população para uma determinada região, exigindo cada vez mais serviços essenciais. Para evitar mais problemas sociais, ele é da opinião de que o governo não deve permitir a implantação de grandes indústrias sem que antes elas apresentem um projeto adequado de infra-estrutura e de impacto ambiental para minimizar os problemas que poderão causar. Ele citou o caso da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), cuja implantação se deu num momento em que o estado não estava preparado, o que ocasionou problemas sociais graves. "Sem um planejamento correto, seremos atropelados por um crescimento totalmente desordenado", disse Tovar.

Vinicius só vê futuro com agricultura planejada

O presidente da Federação da Agricultura, Vinicius Alves, disse que o futuro econômico do Estado está na agricultura. Existem condições favoráveis que devem ser exploradas e encaradas com seriedade. Falta, segundo ele, uma política agrícola para o setor.

Para Vinicius Alves, se o Estado pensa em crescer, não deve ficar somente em projetos de assentamento sem dar condições mínimas para que o produtor possa se desenvolver. "Não vamos crescer se ficarmos pensando que o assentamento resolve os problemas da agricultura capixaba. Isso não é reforma nem nada". Segundo ele, "há alternativas para o Estado com projetos viáveis, onde deverão ser analisados desde a produção até a comercialização".

É preciso, na opinião de Vinicius, fazer projetos com a participação de técnicos especializados e não apenas com políticos. E, além disso, fazer um novo zoneamento agrícola do Espírito Santo. "Não adianta plantar

abacaxi onde não seja propício para o seu desenvolvimento; nem se pode fazer um tipo de pecuária onde não existem condições", disse Alves. O Estado possui condições necessárias para se fazer uma agricultura moderna e com tecnologia atualizada. Sem investimento do governo e sem tecnologia, disse ele, o desenvolvimento capixaba para os próximos anos ficará comprometido.

Segundo Vinicius, o que destruiu a agricultura capixaba foram os sucessivos planos econômicos do governo. O impacto foi tão grande que a produção caiu em torno de 50%. A irrigação no Norte do Estado, que já era uma realidade, está praticamente comprometida com os altos custos de energia. "Hoje os produtores estão descapitalizados. As máquinas estão obsoletas, pois não há capital de giro para investimentos". É preciso fazer entender ao governo que a agricultura não é atividade imediatista, mas uma atividade de alto risco, o que não se pode deixá-la a mercê de planos econômicos maltraçados.



Vinicius Alves reclama da falta de planejamento